

Documento de situação provisório sobre o
Impacto do COVID-19
na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)
pelo Painel de Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE)

Nota

Dado o muito curto prazo do aviso de solicitação urgente do CFS e o fato de a atual crise ser sem precedentes na sua escala, mudando rapidamente e com muitas incógnitas, este documento deve ser visto como um documento de discussão preliminar que visa ajudar a informar o CFS sobre o impacto de COVID-19 sobre segurança alimentar e nutrição (SAN), tal como é atualmente percebido pelo HLPE. Após discussão com o Bureau e o Grupo Consultivo do CFS, o HLPE antecipa atualizações adicionais a este documento à medida que a situação evolui, além de integrar a questão no próximo Relatório HLPE: “Segurança alimentar e nutrição: uma narrativa global para 2030”.

Versão 1, 24 de março de 2020

Válido até saída de nova versão

Introdução

Contexto geral

Os primeiros casos de COVID-19 foram relatados em novembro de 2019 na província de Hubei, China. Desde 23 de janeiro de 2020, a cidade de Wuhan foi isolada. Logo depois, outras áreas da China adotaram medidas muito rigorosas para conter a disseminação do COVID-19. A China afirma agora ter um controle efetivo sobre a disseminação do COVID-19. Contudo, os impactos, tanto na China (cerca de dois meses de rutura/forte influência negativa na produção) e no mundo (o peso atual da China no PIB mundial é de 16,3%, contra apenas 4,2% no momento do surto de SARS em 2003) são bastante grandes e ainda não estão totalmente estimados.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 uma “pandemia”. Em 22 de março de 2020, o COVID-19 tinha-se espalhado por 186 países.

Os países da União Europeia, e especialmente Itália, Espanha e França, adotaram medidas muito rigorosas no seu esforço para conter a propagação do vírus, à semelhança das medidas adotadas anteriormente na China. Outros países adotaram abordagens diferentes, mas agora também estão a começar a adotar medidas mais rígidas de restrição.

O estado de segurança alimentar e nutrição já era alarmante antes do surto de COVID-19: de acordo com o “Estado de segurança alimentar e nutrição no mundo (SOFI)” (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2019) ¹, uma média estimada de 821 milhões de pessoas encontrava-se, entre 2016 e 2018, em situação de subnutrição e a maioria das pessoas com fome no mundo vive em países de baixa rendimento, onde 12,9% da população é subnutrida. A má nutrição causa quase 45% das mortes em crianças com menos de cinco anos (aproximadamente 3,1 milhões de crianças por ano) (The Lancet, 2013²). Espera-se que estes números se agravem em resultado da pandemia do COVID-19 e serão os pobres - principalmente os urbanos -, as pessoas que vivem em áreas remotas, os trabalhadores migrantes e do setor informal, as pessoas em serviço humanitário em áreas de crise e de conflito e outros grupos vulneráveis que provavelmente sofrerão as piores consequências.

Nesse contexto, o presidente do CFS, H.E. Thanawat Tiensin, decidiu convocar uma reunião virtual excepcional do Gabinete CFS e do seu Grupo Consultivo, na quinta-feira, 19 de março de 2020, das 10 às 11h30, tendo solicitado ao HLPE a produção de um primeiro rascunho de Documento de situação, como base para discussões, antes de ter sido desenvolvida a atual nova versão.

Um forte impacto global em muitos campos da atividade humana

Esta situação **sem precedentes e em rápida mudança desencadeará provavelmente uma recessão económica global**. De acordo com a Avaliação Económica Provisória da OCDE divulgada em 2 de março de 2020³, o crescimento do PIB no mundo deverá cair para 2,4% (de 2,9% anteriormente projetados) como resultado da desaceleração da economia causada por esta crise global de saúde. No pior cenário, a taxa de crescimento do PIB pode cair para 1,5%. Estas projeções foram feitas antes dos desenvolvimentos mais recentes verificados na disseminação de COVID-19 na UE e nos EUA e das fortes quedas nas bolsas de valores e dos mercados de petróleo nos últimos dias.

Um paralelismo pode ser encontrado com o impacto de epidemias de saúde anteriores (como os surtos de Ébola) e com a crise dos preços dos alimentos em 2008, especialmente com o objetivo de tirar lições para recomendações políticas. Estas crises anteriores tiveram impactos negativos significativos sobre a produção agrícola, comércio e volatilidade de preços. **Um fator agravante na crise atual de COVID-19 é a situação sem precedentes à escala global e a mudança rápida da evolução dos factos, a que acresce um grande desconhecimento sobre o vírus e os cenários de evolução de impacto socio económico da pandemia**. Qualquer resposta necessita de reflexão sobre a evolução da situação em termos de gestão do risco.

Para além das preocupações imediatas com a saúde, são esperados impactos a curto, médio e longo prazo nos sistemas alimentares e na segurança alimentar e nutrição (SAN). **O**

¹ <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition>

² Black et al (2013) Maternal and Child Undernutrition and Overweight in Low- and Middle-Income Countries: Prevalences and Consequences, The Lancet Launch Symposium (6 June 2013, London). Disponível em: http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/nutrition_2.pdf

³ OECD Interim Economic Assessment – Coronavirus: The world economy at risk. 2 March 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/berlin/publikationen/Interim-Economic-Assessment-2-March-2020.pdf>

COVID19 tem impactos diretos e indiretos na SAN, e os resultados finais dependem da situação de base das comunidades, países e regiões, bem como da sua resiliência a situações disruptivas. Por outro lado, o agravamento da SAN pode facilitar a progressão da pandemia, enfraquecendo o sistema imunológico: a desnutrição, influenciando a estabilidade do sistema imunológico, reduz a capacidade de prevenir e combater doenças.

Em qualquer cenário, **os mais afetados serão os segmentos mais pobres e vulneráveis da população** (em que se inclui migrantes, deslocados, aqueles em estados frágeis ou afetados por conflitos). As populações mais pobres e vulneráveis têm menos recursos para lidar com a perda de empregos e de rendimentos, o aumento dos preços dos alimentos e a instabilidade na disponibilidade de alimentos, tendo, portanto, menos capacidade de se adaptar à situação crise. As medidas de política dos governos impondo medidas de recolhimento e confinamento e de fecho dos setores público e privado, para conter COVID-19, está a aumentar os níveis de desemprego e como consequência a pobreza, particularmente nos grupos de baixo rendimento e mais vulneráveis. Países e regiões que atualmente lidam com outras emergências, como conflitos armados ou o aumento das pragas de gafanhotos no deserto, que já tinham aumentado dramaticamente a insegurança alimentar das populações, estavam particularmente em desvantagem para lidar com o surto de COVID-19, pois haverá um aumento da competição pelos recursos entre a emergência sanitária e a assistência alimentar. Países em situação de crise prolongada (como são as situações de conflito armado) também sofrem com o subinvestimento em saúde pública, quando frequentemente sofreram já danos nas suas infraestruturas de saúde⁴. A nível global, existe um grande risco que o aumento da procura de recursos públicos para emergências internas reduza as contribuições para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) antes destinado aos países de baixa rendimento, em que se inclui o financiamento para o ODS2 da Agenda 2030 da ONU.

1. Impacto na segurança alimentar e nutrição (SAN)

A pandemia do COVID-19 **já está a afetar diretamente** os sistemas alimentares com impacto na procura e no abastecimento alimentar, **e indiretamente** - mas igualmente importante - na redução do poder de compra, da capacidade de produção e distribuição alimentar e na necessidade de intensificação de tarefas de assistência, as quais terão impactos diferenciados e afetarão mais fortemente os pobres e os vulneráveis.

O risco potencial global na disponibilidade e nos preços dos alimentos, dependerá da duração do surto e da severidade das medidas de contenção necessárias. Políticas isoladas e não coordenadas dos países, irão com probabilidade amplificar os efeitos da crise no que se refere a segurança alimentar e nutrição a nível global, que se fará especialmente sentir nos países de baixo rendimento e maior insegurança alimentar. Além disso, o impacto potencial da pandemia na produção alimentar nos principais países produtores e

⁴ <https://www.csis.org/analysis/impact-covid-19-humanitarian-crises>

exportadores de alimentos (por exemplo, China, UE, EUA) poderá ter sérias implicações na disponibilidade global e no preço dos alimentos.

A experiência adquirida até ao momento com o surto de COVID-19 vem de países industrializados com alto rendimento (China, Coreia do Sul, Itália, EUA e Europa, entre os mais afetados), onde já existe um claro impacto negativo do surto nas bolsas de valores, na produção industrial e na procura de petróleo. No entanto, é difícil prever o impacto a longo prazo do surto na economia como um todo e na SAN, especialmente nos países de baixo rendimento, com base em experiência atual. No entanto os sinais de desaceleração económica e de rutura nas cadeias de valor de alimentar são já evidentes.

A crise económica mais ampla que está a surgir devido à crise do COVID-19 apresenta enormes desafios para segurança alimentar e nutrição em todo o mundo. Em particular, pessoas em regime de trabalho informal, serviços, restaurantes e negócio de retalho, por exemplo, enfrentam perdas massivas de emprego (em parte devido às políticas de distanciamento social e também devido à desaceleração económica alargada), havendo, portanto, certamente uma grande quebra nos seus rendimentos. As estimativas iniciais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam um significativo aumento do desemprego e subemprego após a pandemia. A avaliação preliminar da OIT⁵ sugere que uma redução de 2-8% do crescimento global do PIB levaria à perda de 5,3 - 24,7 milhões de empregos. Esta situação implica grandes perdas de rendimento para os trabalhadores, estimadas em 860 milhões a 3,44 mil milhões US \$.

Embora os produtores de alimentos possam encontrar ainda procura para a sua produção, ruturas nas cadeias abastecimento agroalimentar e nos mercados podem tornar a sua sobrevivência menos segura, especialmente devido às políticas mais rígidas desenvolvidas pelos países que estão a induzir uma redução geral da procura. Além disso, dada a sazonalidade de sistemas de produção agrícola, muitos produtores de alimentos hoje em dia, especialmente nos países em desenvolvimento, envolvem-se em atividades não-agrícolas a nível nacional e internacional, a sobrevivência destas atividades não agrícolas pode gerar uma falta de meios para investimento em suas explorações agrícolas. Uma redução na capacidade de mobilidade dos trabalhadores rurais de viajar para os seus empregos, a nível nacional e internacional, contribui para o declínio do rendimento e da segurança alimentar e pode ter implicações diretas no acesso das pessoas aos alimentos, no presente e no futuro imediato.

A inevitável recessão económica global pode também ter implicações no longo prazo para segurança alimentar, nutrição e pobreza. Esta recessão é muito diferente da anterior crise económica pois não estamos a observar picos nos preços das *commodities* agrícolas da mesma forma que ocorreram na crise financeira de 2008. Embora possa haver eventual aumento de preços no retalho, conforme indicado acima, espera-se que os preços das *commodities* possam cair devido à falta de procura. Além disso, neste período, devido à atual pressão descendente nos preços do petróleo, devido à concorrência entre os principais produtores, atualmente não estamos a observar os mesmos tipos de pressão, que pode

⁵ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_738753.pdf

conduzir ao aumento dos preços dos alimentos. Mas os choques tanto na oferta como na procura de alimentos provavelmente afetarão a segurança alimentar das pessoas.

Impacto do COVID-19 na oferta, procura e acesso aos alimentos

Os impactos do COVID-19 na oferta e procura de alimentos afetarão direta e indiretamente os quatro pilares da segurança alimentar e nutrição (SAN): disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Também é esperado que haja efeitos imediatos resultantes das medidas de contenção adotadas em vários países e essas medidas também terão impactos a longo prazo que afetam toda a economia global.

Impacto no fornecimento de alimentos

À medida que o número de casos de COVID-19 aumenta nos países em todo o mundo, de acordo com a FAO⁶, é provável que haja interrupções das cadeias de abastecimento agroalimentares de abril a maio de 2020. Embora possa ter havido abundância de alimentos nas cadeias de abastecimento no início da crise, verificaram-se faltas no abastecimento alimentar devido a um aumento das compras motivadas pelo pânico, por pessoas preocupadas com possíveis bloqueios. Se os surtos, em todo o mundo, forem graves ou continuarem por longos períodos de tempo, é provável que haja interrupções mais graves que possam reduzir a disponibilidade de alimentos nos mercados a médio e longo prazo. Essas interrupções podem ocorrer como resultado do próprio produtor adoecer, devido a interrupções nos mercados devido a políticas de isolamento para conter o vírus ou diminuição de capacidade para produzir, transformar e transportar alimentos. Outra questão é a possibilidade de acesso a fatores de produção atempadamente de acordo com a época própria de plantação, motivada eventualmente por atrasos nos transportes ou rupturas de mercado que podem afetar a colheita e o rendimento. Restrição nos movimentos dos trabalhadores causará escassez de força de trabalho especialmente relevante para culturas de trabalho intensivo, como frutas e legumes. Interrupções nas cadeias alimentares e nas políticas de distanciamento social podem também afetar a assistência social, incluindo crianças que dependem das refeições da escola quando estas fecham. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), já cerca de 320 milhões de crianças tiveram as suas escolas primárias fechadas devido ao COVID-19, com a maioria deles a perder o acesso às refeições escolares⁷. A diminuição da procura devido a um declínio do poder de compra, por sua vez, afetará a capacidade e a vontade dos agricultores e produtores de investir e de adquirir tecnologia adequada e reduzirá ainda mais a produção e a disponibilidade de alimentos.

Impacto na procura de alimentos

Políticas de distanciamento social e doenças causam uma **quebra na procura geral e na procura de serviços relacionados com a alimentação** (por exemplo, restaurantes, hotéis) com repercussões na perda de empregos, rendimento e meios de subsistência. Começando

⁶ <http://www.fao.org/2019-ncov/q-and-a/en/>

⁷ <https://www.wfp.org/news/world-food-programme-gears-support-children-left-without-meals-due-covid-19-school-closures>

pelas políticas de contenção e distanciamento social, a pandemia cria primeiro um aumento na procura, devido ao pânico na compra e acumulação de alimentos pelos consumidores, o que aumentará a procura a curto prazo, principalmente entre aqueles que têm poder de compra para armazenar alimentos em suas casas. No entanto, espera-se que esse aumento de curto prazo nas compras seja seguido por uma tendência de queda na procura, tanto em termos de capacidade física para comprar alimentos devido a restrições e fechamento das instalações de restauração, tanto em termos de perda de receita e poder de compra associado à perda de empregos e ao congelamento dos setores econômicos. Alterações nas preferências de curto prazo, em relação aos alimentos embalados devido à percepção de maior segurança ou conveniência dos alimentos, podem motivar mudanças de longo prazo, com repercussões nos sistemas alimentares, nos meios de subsistência dos produtores e na diversidade das dietas alimentares.

Impacto no acesso aos alimentos

As rupturas de abastecimento, bem como a **perda de empregos e de rendimento descritas acima, recairão especialmente nos trabalhadores com salários baixos e trabalhadores ocasionais**, com maior necessidade de fazer poupanças e menor acesso à saúde em alguns contextos. Na ausência de redes de segurança social que possam responder, assistiremos a uma incapacidade dos trabalhadores pobres de acederem a alimentação de qualidade e a um declínio de nutrição em muitas situações. Muitas famílias reduzirão o seu consumo para os chamados "bens inferiores", como uma medida de economia de custos, que poderão ser alimentos mais processados e menor valor nutritivo nos países industrializados, ou poderão ser alimentos menos processados e possivelmente com maior valor nutritivo em países menos industrializados. No entanto, esse tipo de consumo tem também um custo no tempo de trabalho para processar esses alimentos, como ficou evidente durante os Programas de Ajustamento Estrutural da década de 1980.

Os efeitos do COVID-19 no abastecimento, procura e acesso aos alimentos estão interconectados entre si e afetam os sistemas alimentares de forma complexa. As rupturas na cadeia de abastecimento afetam os padrões de oferta e procura, enquanto as dificuldades econômicas afetam o acesso, o que influencia a procura global de alimentos, bem como as decisões das cadeias de abastecimento. Todos esses efeitos afetam os resultados finais em termos de SAN.

2. Principais mensagens

Em resultado das mudanças verificadas quer no que respeita combater a doença quer no que respeita à recessão económica motivada pelo COVID-19, **a disponibilidade de alimentos é afetada no curto e no longo prazo. O acesso aos alimentos está também comprometido**, principalmente para aqueles que trabalham em setores que sofrerão perdas de empregos devido à recessão assim como para os pobres que ficarão em pior situação do que a já se verificava. **A nutrição será afetada** à medida que as pessoas mudarem as dietas para alimentos mais acessíveis, menos perecíveis e pré-embalados (que podem ter menos valor nutritivo) e à medida que frutas e vegetais frescos ficarem menos disponíveis devido às compras motivadas pelo pânico e às perturbações nos sistemas alimentares. **A estabilidade está comprometida**, pois os próprios mercados, pela sua natureza, são altamente instáveis, levando a um grande grau de incerteza. Por fim, **a capacidade de atuação das pessoas sobre os sistemas alimentares diminui na medida que em as desigualdades aumentam.**

A crise do COVID-19 está a gerar **instabilidade nos mercados locais e globais** de alimentos, **causando uma rutura no fornecimento e disponibilidade de alimentos.**

Os mais pobres serão os mais afetados com a rutura nos sistemas alimentares provocada pelo COVID-19. Segmentos específicos da população são mais vulneráveis aos impactos diretos e indiretos sobre a segurança alimentar (idosos, doentes, os que já estão em situação de insegurança alimentar, pobres, os que estão em situação de crise prolongada).

A desaceleração prevista no crescimento económico antecipa uma situação de aumento da fome, reduzindo o esforço global para alcançar as metas do ODS2. Conforme indicado no relatório da SOFI 2019, “a fome aumentou em muitos países onde a economia desacelerou ou se contraiu, principalmente nos países de rendimento médio” (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2019).

A crise atual evidencia os desafios existentes ao nível dos sistemas alimentares e enfatiza a necessidade de aumentar a resiliência das cadeias de abastecimento alimentar e dos sistemas alimentares em geral. Há incerteza no modo como a crise se vai desenvolver, mas certamente esta manifestar-se-á diferentemente de acordo com a classe social, as zonas urbanas ou rurais e nos países em desenvolvimento ou desenvolvidos.

As ações para minimizar a disseminação do COVID-19 (autoisolamento, fecho da restauração, restrição à mobilidade, etc.) **têm impacto na segurança alimentar e nutrição, e a própria doença influenciará a produção e distribuição de alimentos.** A concorrência nas prioridades do governo, na alocação dos seus recursos, podem levar a tensões entre as opções por cuidados de saúde ou de segurança alimentar. É essencial que os trabalhadores e os outros fatores necessários à produção agrícola possam circular nos próximos meses, quando ocorre a maior parte da produção mundial.

O agravamento da situação da SAN também pode ter impactos negativos, facilitando a progressão da pandemia pelo enfraquecimento do sistema imunológico, especialmente daqueles mais vulneráveis ao impacto da crise.

As instituições a nível governamental e internacional estão a trabalhar na sua máxima capacidade para responder à crise do COVID-19 e como resultado, os **recursos de combate à insegurança alimentar podem ser desviados das medidas anteriormente projetadas e previstas.**

Os impactos na saúde pública motivados pelo COVID-19 são mais amplos que a própria doença, devido às suas consequências sobre segurança alimentar e nutrição.

O risco de transmissão do COVID-19 através do consumo alimentar é considerado mínimo (FSANZ⁸, EFSA⁹), no entanto, a FAO recomenda precauções no manuseamento ou no consumo de carne de animais selvagens¹⁰ e a OMS faz recomendações preliminares na higiene e manuseio dos alimentos a fim de assegurar a sanidade alimentar¹¹.

Embora certas espécies selvagens tenham sido apontadas como a fonte do COVID-19, é importante não diabolizar alimentos forrageiros, que são uma fonte importante de diversidade alimentar em algumas partes do mundo e que, em vez disso, se tenha em consideração a ação de forças estruturais mais amplas que levaram à destruição de habitats e à interação mais frequente entre humanos e animais selvagens. Por outro lado, a proveniência de muitos alimentos silvestres é obscurecida à medida que o comércio desses alimentos silvestres aumenta.

A vigilância da saúde animal (animais selvagens e animais de criação) é fundamental para evitar crises de saúde humana¹², conforme demonstrado quando da ação de contenção, bem sucedida, da crise da gripe aviária em 2003-2010.

A situação do COVID-19 tem **implicações no curto e longo prazo** para a segurança alimentar nutrição.

A situação está a evoluir rapidamente e as circunstâncias podem mudar, representando novos desafios.

3. Recomendações

- Assim como a gestão da pandemia motivada pelo COVID-19 exige uma resposta globalmente coordenada, o mesmo ocorre com seus impactos na segurança alimentar. **O CFS deve assumir um papel de liderança na coordenação da resposta de orientação política no que respeita à segurança alimentar global**, em estreita colaboração com outras agências,

⁸ <https://www.foodstandards.gov.au/consumer/safety/Pages/NOVEL-CORONAVIRUS-AND-FOOD-SAFETY.aspx>

⁹ <https://www.efsa.europa.eu/en/news/coronavirus-no-evidence-food-source-or-transmission-route>

¹⁰ <http://www.fao.org/2019-ncov/q-and-a/en/>

¹¹ <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-coronaviruses>

¹² Until we start thinking of human and animal health as linked, another coronavirus is inevitable. The Independent, London, 26 February 2020.

Disponível em: <https://www.independent.co.uk/independentpremium/voices/coronavirus-symptoms-latest-china-human-animalhealth-outbreak-a9359841.html>

como a OMS, FAO, PAM e o Enviado Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para a preparação da Cimeira Mundial sobre Sistemas Alimentares de 2021.

- **Tendo em consideração os impactos do COVID-19, os governos devem dar prioridade de proteção aos mais vulneráveis e afetados por esta crise**, como os idosos, os doentes, os deslocados e os pobres dos meios urbanos. O papel específico das mulheres nos sistemas de saúde e alimentação, de produtoras, processadoras e cuidadoras, deve ser reconhecido. A solidariedade entre as pessoas e as comunidades deve ser promovida. A capacitação e o apoio à colaboração e cooperação de todos para enfrentar os desafios emergentes deve constituir uma prioridade.
- Mecanismos de proteção social para as pessoas mais pobres e vulneráveis, durante e após a crise do COVID-19, devem ser implementados devendo estes incorporar as disposições do Direito à Alimentação, tanto em termos de quantidade quanto em termos de qualidade nutricional. Esses mecanismos devem **prestar assistência essencial no curto prazo e proporcionar os meios de subsistência necessários no longo prazo**.
- Ao desenvolver planos de ação para minimizar os efeitos do COVID-19, os governos devem ter em consideração as interações entre segurança alimentar e nutrição na sua ampla acessão. **Os governos devem estar cientes da competição que se estabelecerá na alocação de recursos entre saúde pública e segurança alimentar**. Os planos a implementar deverão também responder ao fato de que este é um processo com uma rápida evolução com impactos diferenciados nas diferentes comunidades.
- Os governos devem **apoiar as cadeias de abastecimento alimentar** e evitar uma rutura na circulação de alimentos e no comércio, para garantir que estes funcionem sem problemas nesta situação de crise e que ganhem resiliência para que possam assegurar a segurança alimentar e a nutrição das pessoas.
- É **essencial** que tanto os **trabalhadores** como os **outros fatores necessários à produção agrícola possam circular nos próximos meses**, quando ocorre a maior parte da produção mundial.
- Os governos nacionais devem incentivar as comunidades locais e os cidadãos a **umentar a produção alimentar local** (incluindo hortas domésticas e comunitárias) através de pacotes de estímulos apropriados (em dinheiro e espécie) para **umentar a resiliência alimentar, minimizar o desperdício alimentar** e evitar o açambarcamento, para **garantir o acesso equitativo à alimentação** para todos os membros da comunidade.
- Os governos devem dar **orientações** específicas, de maneiio e processamento alimentar, **aos trabalhadores envolvidos na produção alimentar**, para ajudar a evitar a propagação do COVID-19.
- Os governos devem **recolher e partilhar informação**, bem como apoiar a investigação científica, sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nos sistemas alimentares.
- **O CFS deve considerar como prioridade do seu trabalho**, a forma como o HLPE pode continuar a dar pareceres científicos sobre a crise do COVID-19 através do seu trabalho atual de produção do relatório “Segurança alimentar e nutrição: uma narrativa global para 2030”.